

ECONOMIA

ALÉM DA NOTÍCIA

Irrigar a economia

Não existe nenhuma disposição da área econômica do governo em forçar a atual negociação com o Fundo Monetário Internacional ao ponto de obter uma folga substancial nos gastos públicos destes próximos cinco meses, de forma a retomar investimentos e irrigar a economia como seria do interesse do candidato do PDS à sucessão. Mesmo assim, técnicos da Seplan admitem que existe muito dinheiro que pode ser usado, a começar pelas contrapartidas em cruzeiros de empréstimos do Banco Mundial, desde que se consiga esquemas de aplicação dissimulada através dos Estados e órgãos da administração direta.

Qualquer iniciativa neste sentido, entretanto, teria que se enquadrar nas novas metas que os ministros da área econômica começam a discutir com a missão do Fundo na próxima semana. E neste contexto os técnicos que mantêm contatos com a missão já deixaram claro que não existe margem para expandir o déficit público, que representa o total de crédito que o governo pode usar para despesas não-cobertas por impostos, além dos níveis proporcionais ao aumento da inflação deste ano. Mesmo sabendo que mais uma vez a inflação prometida será ultrapassada, o Fundo tende a admitir uma projeção de preços abaixo das propostas que a Seplan pensa apresentar (entre 180% e 195%, de acordo com diferentes técnicos).

Mas o ponto-chave desta manobra não é o déficit público, que o Fundo considera a origem da inflação brasileira, e sim a expansão monetária. A princípio se prometeu, na Carta de Intenções ainda em vigor, aumentar a base monetária (emissão primária de moeda) e os meios de pagamento (papel-moeda em poder do público mais depósitos à vista nos bancos) em apenas 50% ao longo deste ano todo, já que se previa uma inflação de 130% (estimativa feita em fevereiro último). A base já expandiu 46,7% só nos primeiros sete meses, enquanto os meios de pagamento atingiram 54% ao final de julho — logo, não há mais nenhuma possibilidade de se manter a projeção anterior.

Este estouro, entretanto, não representou nenhum problema para o acordo com o Fundo, já que o importante para aquele organismo não é a base monetária ou os meios de pagamento, mas sim o chamado “crédito interno líquido” — representado pelo passivo do Banco Central e Banco do Brasil junto ao setor privado não-financeiro menos as reservas externas do País. Mesmo estourando a emissão de moeda e o crescimento do crédito nos primeiros sete meses do ano, o País conseguiu manter-se dentro dos tetos fixados pelo FMI para o crédito líquido, exatamente porque pôde deduzir reservas cambiais muito além do que se esperava. Acredita-se que a reserva de caixa do Banco Central estava em US\$ 4,2 bilhões em junho, podendo superar US\$ 6 bilhões em dezembro, graças ao superávit comercial projetado para US\$ 12 milhões (contra US\$ 9 bilhões estimados antes pelo FMI).

Com isso fica uma folga substancial para expandir a oferta de crédito e moeda ao longo dos próximos meses, mesmo porque o Banco Central dispõe de empréstimos externos que ainda não tiveram suas contrapartidas em cruzeiros liberados aqui dentro, exatamente porque não se queria pressionar ainda mais a inflação. Agora, caso o governo consiga elevar de 50% para uns 100% a meta de expansão monetária este ano, será possível chegar a um crescimento do crédito e da moeda próximo a 140% na prática — desde que se mantenha as exportações em alta e a contenção das importações. Dessa forma o governo tentaria “irrigar” a economia com uns Cr\$ 2,5 trilhões de emissão ainda este ano, sem deixar de cumprir o acordo com o Fundo. Resta saber se os economistas do FMI aceitarão a manobra, mesmo tendo consciência de que isso representará uma herança inflacionária ainda maior para o próximo governo.

(Arnolfo Carvalho)